



***LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>***

***LENGUAJE INCLUSIVO DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN***

***GENDER INCLUSIVE LANGUAGE IN EDUCATION***

*André Luíz Coutinho Vicente<sup>2</sup>*

*Leticia de Gusmão Almeida Xavier<sup>3</sup>*

*Anna Clara Nascimento Fidelis<sup>4</sup>*

*Sara Wagner York<sup>5</sup>*

**RESUMO**

O presente texto busca refletir sobre as constantes movimentações na produção, construção, desconstrução e reconstrução de si, dos outros, a partir de alguns dos dispositivos correlatados na inserção de sujeitos outres na sociedade plural e por vezes, oxímora na proposição da vida. Assim a produção em questão visa apresentar tópicos do Curso Linguagem Inclusiva de Gênero e sua importância na Educação, promovido

---

<sup>1</sup> O presente artigo tem como proposta o incentivo de novos autores dentro do campo da pesquisa em Gênero e Sexualidade, Inclusão e Educação, deste modo, apesar de termos quatro autores assinando por motivos de adequação ABNT, foram parte da (des)construção dessa cena: Ana Beatriz Dutra, Graduada em Ciências Sociais - UERJ. E-mail: [anabeatrizdutracidcoutinho@gmail.com](mailto:anabeatrizdutracidcoutinho@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5717-1658>; Ana Cândida Fernandes Silva, Graduada em Jornalismo – UERJ. E-mail: [anacandidafernandes@gmail.com](mailto:anacandidafernandes@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4721-3367>; e Heitor da Silva Barboza, Graduando em Psicologia – UERJ. E-mail: [heitor.sb@gmail.com](mailto:heitor.sb@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1840-3612>."

<sup>2</sup> Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ). Graduado em Pedagogia (IE/UFRRJ). Desenvolve pesquisas sobre Gênero e Sexualidades, Formação de Professores, Políticas Públicas em Educação, e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Bolsista PROEX/CAPES.

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ/FAETEC) e Licencianda em Letras - Português/Inglês - na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora da Educação Básica na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com interesse nas áreas de Educação Inclusiva e Decolonialidades com foco em realidades indígenas e afrobrasileiras.

<sup>5</sup> Mestra em Educação e Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGEDU/FFP/UERJ. Professora da Educação Básica e no Ensino Superior no curso de Pedagogia CEDERJ/UERJ. Bolsista CAPES.

pelo Programa de Iniciação Acadêmica – PROINICIAR/UERJ. Além disso, busca-se demonstrar sua relevância na/para a formação de professoras/es, bem como suas implicações no/para o corpo social. Organizamos o texto em três mo(vi)mentos: 1 - o Curso; 2 - uma breve discussão teórico-epistemológica e; 3 - ilustrar os desdobramentos dessa vasta e polêmica discussão na sociedade brasileira. Concluímos com a evidenciação das disputas de poder e de produção de subjetividades através das construções de narrativas e fragmentos permeados na contextualização hegemônica em torno da linguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem inclusiva de gênero. Disputa de narrativa. Poder. Transepistemologia. Não binária.

## RESUMEN

El presente texto busca reflexionar sobre los constantes movimientos en la producción, construcción, deconstrucción y reconstrucción del yo, de los otros, a partir de algunos de los dispositivos correlativos en la inserción de otros sujetos en una sociedad plural y a veces oximorónica en la propuesta de vida. Así, la producción en cuestión tiene como objetivo presentar temas del Curso de Lenguaje Inclusivo de Género y su importancia en la Educación, promovido por el Programa de Iniciación Académica - PROINICIAR/UERJ. Además, pretende demostrar su relevancia en/para la formación de los profesores, así como sus implicaciones en/para el cuerpo social. Organizamos el texto en tres mo(vi)mentos: 1 - el Curso; 2 - una breve discusión teórico-epistemológica y; 3 - ilustrar los desdoblamientos de esta vasta y polémica discusión en la sociedad brasileña. Concluimos destacando las disputas de poder y la producción de subjetividades a través de las construcciones de narrativas y fragmentos permeados en la contextualización hegemónica en torno al lenguaje.

**PALABRAS-CLAVE:** Lenguaje inclusivo de género. Disputa narrativa. Poder. Transepistemología. La no-binariedad.

## ABSTRACT

The present text aims to reflect on the constant movements in the production, construction, deconstruction and reconstruction of the oneself, of the others, from some of the devices correlated in the insertion of other subjects in a plural and sometimes oxymoron society in the proposition of life. Thus, the production in issue aims to present topics from the Course Gender Inclusive Language and its importance in Education, promoted by the Academic Initiation Program - PROINICIAR/UERJ. Moreover, it seeks to demonstrate its relevance in/for the training of teachers, as well as its implications in/for the social body. We have organized the text in three mo(vi)ments: 1 - the Course; 2 - a brief theoretical-epistemological discussion and; 3 - illustrating the developments of this vast and controversial discussion in Brazilian society. We conclude with the evidencing of power disputes and subjectivities production through the constructions of narratives and fragments surrounded by the hegemonic contextualization concerning language.

**KEYWORDS:** Gender-inclusive language. Narrative dispute. Power. Trans-epistemology. Nonbinarity.

\* \* \*

## Introdução

Este texto é produção de muitas mãos e mentes, inseridas em um corpo social dotado de constantes movimentos de produção, construção, desconstrução e reconstrução de si, dos outros e dos dispositivos que dispomos para viver em/com sociedade. Seu conteúdo apresenta-se imbuído de sentidos cujo propósito não se conceberia apenas com perspectivas construídas a partir da singularidade. Pelo contrário: ao transcender a esfera do individual, sua substância se articula no coletivo, na pluralidade, ou – como temos discutido ao longo do curso – na *pluriversalidade*. Construída desta forma, a produção em questão visa apresentar o Curso Linguagem Inclusiva de Gênero e sua importância na Educação, promovido pelo Programa de Iniciação Acadêmica – PROINICIAR, e criado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CSEPE/UERJ. Além disso, busca-se demonstrar sua relevância na/para a formação de professoras/es, bem como suas implicações no corpo social.

Para atender esse objetivo, esta produção organizar-se-á em três momentos. Primeiramente, o Curso será apresentado e descrito. Após, uma discussão teórico-epistemológica será estabelecida: os conceitos de Linguagem e Inclusão serão separadamente elucidados e articulados de modo a definir a Linguagem Inclusiva. Por fim, para ilustrar os desdobramentos dessa vasta e polêmica discussão na sociedade brasileira, será feito um breve resgate de algumas reportagens e documentos – disponíveis em sites de acesso livre – que solidificam nossa argumentação, bem próxima às elaborações foucaultianas, de que há disputas de poder e de produção de subjetividades através das construções de narrativas, disputas culturais e fragmentos permeados na contextualização hegemônica em torno da linguagem.

Todo o trabalho aqui apresentado se articula às formulações conceituais de pesquisadoras/es/os do campo de estudos em Linguagem, Educação e Gênero e Sexualidades, lançando mão de produções disponíveis em diversos suportes: artigos, livros, entrevistas (*lives e reportagens*) etc., que articulam-se configurando peças do cotidiano.

O encontro das/des/dos autoras/es/os se deu no interior da dinâmica do curso, partilhando estas/es de discussões e troca de saberes que propiciaram o texto presente.

A partir do vácuo CIS e da emergência do corpo trans (CUNHA & YORK, 2020) tem crescido exponencialmente o tema da Linguagem compreendida como sendo de “gênero neutro”, a chamada “Linguagem Neutra”, que pode ser considerada como

uma parte da Linguagem Inclusiva ou ainda como sinônimo desta. Se pensamos a Linguagem Neutra no universo da Linguagem Inclusiva, tomando a última como uma categoria guarda-chuva, podemos verificar paradoxos relevantes para problematizações. Primeiro ponto a ser elucidado: não existe Linguagem Neutra, uma vez que a Linguagem não produz/reproduz neutralidades; é sempre uma tomada de posição e está relacionada à disputa de poder e de narrativa. Nosso foco deve ser a Linguagem Inclusiva - que abarca diferentes modos de linguagens que buscam a inclusão de populações sub-representadas – e, nesse momento, a Linguagem Inclusiva de Gênero

Nesse universo de paradoxos, ao mesmo tempo em que existe uma portaria da Secretaria da Cultura sobre a proibição de Linguagem Neutra em projetos da Lei Rouanet (Portaria nº 604, de 27 de outubro de 2021), há uma Lei do Estado de Rondônia que proíbe a Linguagem Neutra em escolas (Lei nº 5.123, de 19 de outubro de 2021)<sup>6</sup>. Tal Lei, bem como outros dispositivos jurídicos, aponta para a centralidade da Educação – e, em particular, da escola – nessa dinâmica e disputa de poder. Há, ainda, menção à Linguagem Inclusiva em uma página da Organização das Nações Unidas (ONU, [20-?]). Desta forma, conforme exposto na página *online* do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC, 2021),

ser inclusivo a partir de uma perspectiva de linguagem de gênero significa falar e escrever de uma forma que não discrimine um determinado sexo, gênero social ou identidade de gênero, e não perpetue os estereótipos de gênero.

Dados fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020) revelam que cerca de 70% das pessoas trans não concluiu o ensino médio, e que somente 0,02% permanecem no ensino superior. Outra pesquisa realizada pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (CEDS/OAB) de Cuiabá, estima que 82% da população transexual largou os estudos ainda na educação básica (GIARDIN; ANZANELLO; CHITOLINA SCHETTINGER, 2021). Por não reconhecerem a importância da linguagem neutra para estudantes dissidentes de gênero – sobretudo pessoas trans não-binárias e Intersexo<sup>7</sup> – certas/os

---

<sup>6</sup> O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, suspendeu, via Medida Cautelar de Ação Direta de Inconstitucionalidade, em 17 de novembro de 2021 (ADI 7019 MC/RO) esta Lei. Na decisão o Ministro apontou inconstitucionalidade da Lei, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre as normas gerais de ensino.

<sup>7</sup> Sobre pessoas Intersexo e Intersexualidade e nossas compreensões sobre os ditos binarismos de gênero, ressaltamos que a crítica se faz em torno dos binarismos apresentados como únicos e hegemônicos (XX e XY). Em estudos realizados junto a Associação Brasileira de Pessoas Intersexo - ABRAI utilizamos Intersexo - com I maiúsculo e no singular, em razão da própria singularidade das questões e fugindo da

professoras/es acabam por promover a exclusão escolar e social (BENTO, 2011) ao dizerem, implícita ou explicitamente, que a escola não é o lugar para essa pessoa. A desinformação leva à reprodução de didáticas arcaicas e (in)tolerantes, alicerçadas na lógica do binarismo de gênero: filas, brinquedos e cores específicas para meninos e outras para meninas, o desrespeito ao nome social, a omissão frente aos aspectos lesbofóbicos, homofóbicos, transfóbicos/travestifóbicos, intersexofóbicos, xenofóbicos, racistas e outras formas de discriminação que, no interior escolar, ainda são chamados de “bullying”, em razão de precária e/ou falta de (in)formação/educação em Gênero e Sexualidades, por exemplo.

Iran Mello, em entrevista ao Giro das 11 (2021b), ressalta que há um discurso sobre gênero que o vincula à norma impositiva, à correspondência entre um corpo biológico e a expectativa que se tem sobre ele a partir de dois espectros de gênero - masculino e feminino – [...] “qualquer pessoa que transgrida, que torne e crie e estabeleça uma relação entre corpo a vida, nômade para além da visão binária [...] vai sofrer bastante e vai ter em sua vida e suas significações de mundo aniquiladas”.

### **O Curso Linguagem Inclusiva de Gênero na Educação**

Considerando a pertinência do tema, o curso de Linguagem Inclusiva na Educação, ministrado pela professora Sara Wagner York, objetivou a discussão conceitual de tópicos como Língua, Linguagem e Inclusão na Educação, buscando instrumentalizar futuras/es/os educadoras/es para a *práxis*<sup>8</sup> educativa inclusiva e sensível às demandas sociais, compreendendo, inclusive, que, por processos de desinformação, medo e/ou falta de abertura às discussões de gênero e sexualidades em geral, a demanda de discutir linguagem neutra em sala de aula não vem, majoritariamente, de docentes. O Curso oportunizou dinâmicas diversas em aulas síncronas, fóruns, vídeos e indicações de leituras que fomentaram a investigação das referidas categorias, articulando-as em torno do debate sobre a necessidade de uma formação adequada à perspectiva da Inclusão de Gênero. Partiu-se da premissa de que,

---

intencionalidade endossexualizadora de tratar pessoas Intersexo como alguém entre DOIS sexos, numa compreensão binarista endossexualizadora desta discussão. Outro ponto que remete-nos a similitude deste adensado teórico é que podemos ter instâncias binárias entre não majoritários macho e fêmea, ou seja, ao tratarmos XO e XXY com a mesma unicidade também produziríamos uma compreensão binária. A discussão Intersexo/Intersexualidade torna-se ampliadora destes sentidos ainda tão invisibilizados.

<sup>8</sup> Para Saviani (2017, p. 10), *práxis* é a “atividade humana prática fundamentada teoricamente”.

ao longo do tempo, trabalhos como estes viabilizariam processos de inclusão de pessoas que, por questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual e/ou dissidências sexuais, vêm sendo excluídas – também – pelos aparatos da Linguagem.

O curso foi oferecido na modalidade de oficina durante o ano de 2021, tendo início em setembro e término em novembro, de forma virtual por meio da plataforma online Proiniciar, da Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ). Foram propostas atividades semanais e, a cada 14 dias, um encontro virtual síncrono. O fórum do curso se constituiu como espaço de ensino-aprendizagem intencional e dispôs de materiais teóricos e discussões sobre Linguagem, Gênero e Inclusão, além de notícias sobre temas relacionados. A apresentação de notícias teve o mesmo objetivo que se propõe no presente texto: ilustrar como a discussão de Gênero e Sexualidades – articulados ao tópico da Linguagem – está sempre em voga e produzindo disputas.

Um dos principais referenciais teóricos adotados foi a Teoria Queer e a Teoria Crip<sup>9</sup>, que visam questionar e, assim, produzir desestabilizações nas bases que dão sustentação à atual organização social que se vê imbricada em uma teia de tradicionalismos e conservadorismos, na qual há normas que ditam quais corpos, comportamentos relativos à sexualidade e à performatividade de gênero são aceitáveis – abençoados, normais e até saudáveis (Gayle Rubim, antropóloga lésbica estadunidense, no ensaio *O tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo*, de 1975 apresenta o conceito sexo/gênero e o Círculo Encantado) ao aproximarem da ideia dos recomendados ou não, à sociedade. Tais bases podem ser encontradas nas análises e discursos lineares que vinculam sexo cromossômico, biológico ou gonadal, o gênero e suas identidades, e as orientações sexuais. York (2021) produziu dossiê apontando as nomenclaturas da exclusão, demonstrando que a linguagem assume, em alguns momentos, protagonismo na dinâmica de exclusão.

Em linhas gerais, os estudos de gênero e a Teoria Queer têm apontado para a orientação sexual e gênero enquanto construções sociais (BUTLER, 2003), produzidas no interior de dinâmicas sociais (FOUCAULT, 1979) que são atravessadas por diferentes marcadores sociais da diferença (BRITZMAN, 1996). Nesta perspectiva, o

---

<sup>9</sup> “crip, que pode ser considerado uma gíria e uma abreviação da palavra cripple. Assim como o termo queer, cripple é considerado um termo derogatório, uma ofensa voltada às pessoas com deficiência. Como aponta McRuer neste ensaio, o termo cripple tem sido estrategicamente utilizado por parcelas ativistas dos movimentos de pessoas com deficiência para apontar as ordenações normativas da divisão entre indivíduos corporalmente capazes ou disfuncionais” como explica Marco Gavério em nota explicativa no texto traduzido de McRuer (2021) presente no Dossiê: Corpos desviantes, alternativos e outras nomenclaturas da exclusão.

sexo cromossômico também é questionável devido à existência das chamadas exceções históricas, como casos de disgenesia gonadal XY, de David Reimer (Protocolo Money)<sup>10</sup>, Herculine Barbin (FOUCAULT, 1982), entre outros, e – para além destas distinções – o ponto de análise representa os significados dados às referidas características e distinções: uma inteligibilidade (BUTLER, 2003) do sexo, do gênero e da orientação sexual. A/as Linguagem/ens também são, nesta concepção, passíveis de serem questionadas do mesmo modo que muitas verdades podem ser similarmente subvertidas, uma vez que também são produzidas em contextos sociopolíticos específicos e sofrem processos de mutação no interior, mesmo sendo de uma sociedade na qual é produzida; a Linguagem não é um ente natural biológico, ela é matricialmente social. (BURKE; PORTER, 1997).

Sobre a produção da verdade histórica, muitas tradições nos apresentam formas de acuidade sobre elas. Nietzsche, de modo denso, é lembrado pela máxima: “não há fatos, mas interpretações deles”. Na contemporaneidade, Lúcia Santaella (2018) explica a importância das verdades provisórias na evolução humana, como o Sistema Geocêntrico, desmentido pelo modelo heliocêntrico proposto por Copérnico, no qual os planetas orbitam o Sol. O geocentrismo e uma ideia de “terra plana” foram verdadeiros quando a ciência trilhava outras rotas. A igreja servia de balizadora das verdades até o Iluminismo e seus frutos – verdes, maduros e alguns podres – seguirem encabeçando algumas compreensões. A importância da inclusão de Gênero na Linguagem se justifica pelo fato de que esta encontra-se intimamente ligada à política e ao poder (BAGNO; LAGARES, 2011) e estes, basilares numa sociedade democrática.

Podemos fazer uma ligação com o conceito de poder normalizante – ou normatizante –, um tipo de poder “invisível” (LAWLOR; NALE, 2014), e a Linguagem faz parte disto, pois exerce controle sobre como as pessoas pensam e se sentem sobre o mundo, sem que muitas delas percebam tal manipulação, fato que a neurociência já pôde confirmar (BORODISTKY, 2018). Palavras são determinantes de memória, produção de presente e possibilidade de futuro. Assim, a ausência de certas palavras para nomear (BOURDIEU, 2008) certas coisas, situações e pessoas, ou a preferência por falar de uma maneira e não de outra, é capaz de direcionar sentimentos positivos ou negativos a certos grupos sociais.

---

<sup>10</sup> Em Correa (2004) é possível entender o caso de David Reimer e o que ficou conhecido como “protocolo Money”.

No contexto social atual brasileiro, em relação a Linguagem Inclusiva de Gênero, corriqueiramente chamada de “Linguagem Neutra” ou que teria um pressuposto ideológico de neutralidade, lembramos, que quando discutimos constructos sociais, e estes são amparados pela língua e pela linguagem, não existe neutralidade. A intenção sobre a própria discussão do tema nos convoca a uma não neutralidade. Entretanto, parece que o tema saiu do desconhecimento e agora está em posição de destaque no debate político, ético, estético e social, conseqüentemente alterando nossa percepção epistemológica, além de mobilizar pessoas e discursos.

Destacam-se, portanto, as relevâncias política, científica e social, tornando necessário o debate dos referidos tópicos em processos formativos, tal como foi proporcionado pelo Curso de Linguagem Inclusiva na Educação, objeto do presente texto. Ao entendermos que a Educação é – por excelência – a arena na qual se efetiva a disputa em torno do Corpo, do Sexo e da Sexualidade, do Gênero e da Linguagem, percebemos o caráter emergencial das demandas por instrumentalizar profissionais para lidar com as referidas questões.

### **Língua e Linguagem: alguns pressupostos conceituais**

“A norma é culta, mas não é morta” (GIRO DAS 11, 2021a). Com base nesta premissa, será efetuado, na presente seção, um resgate conceitual do que seria “linguagem”, na intenção de demonstrar de onde e como produzimos nossas formulações sobre esta categoria, ratificando-a e/ou problematizando-a. Conforme Borba (GIRO DAS 11, 2021a)

em geral pensa-se – no senso comum – que a gente fala o que o que gente é... então, eu falo assim porque eu sou assado. E o que essas propostas de linguagem neutra, que vêm surgindo, dizem o contrário: às vezes, eu não falo assim porque eu sou assado, eu falo assim porque é assim que eu quero falar. A língua não me controla, eu que controlo a língua [...]. Eu que falo a língua, não é a língua que me fala, e é isso que está sendo dito.

Rocha Lima (2011) a concebe – em linhas gerais – como um sistema de comunicação, o qual pode se estabelecer de diversas formas. A linguagem falada, consubstancializada por meio do discurso, é a principal forma de manifestação de linguagem presente nas sociedades. Cintra e Cunha (2016) salientam que quando um grupo atribui valor convencional a um determinado sinal, emerge, desse contexto, uma linguagem, tornando possível a comunicação de seus sentimentos e experiências por meio de uma língua em comum.

A língua, por sua vez, é o sistema adotado por comunidades de fala (VANIN, 2009) que viabiliza a efetivação do processo de linguagem entre os falantes. Segundo Bechara (2009, p. 20), a linguagem “[...] é sempre um estar no mundo com os outros, não como um indivíduo particular, mas como parte do todo social, de uma comunidade”. Assim, várias línguas podem coexistir dentro de uma linguagem, evidenciando a diversidade presente em um mesmo grupo de falantes. Dessa maneira, o autor defende que a língua é viva e está em constante mudança, e que aquela que compreende apenas um ou poucos estilos seria uma língua morta. Os estudos gramaticais e normatizadores da língua devem seguir tais variações e/ou alterações, mas não podem se limitar a modelos prontos e engessados.

[...] não se pode perder de vista que a descrição da língua num momento do seu desenvolvimento é uma parte da história dessa língua. Uma língua viva nunca está plenamente feita, mas se faz continuamente graças à atividade linguística. (BECHARA, 2009, p. 35).

Bagno e Lagares (2011) destacam a importância de enxergar a linguagem enquanto um fenômeno, sendo necessário considerar suas dimensões estruturais, sistêmicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas. Para os autores, as variações linguísticas são mais relevantes para compreender a realidade dos indivíduos do que a língua enquanto instituição, já que esta é forjada histórica e culturalmente com a finalidade de atender a uma determinada relação de poder.

[...] a gramática e o dicionário não contêm toda a língua, mas tão somente uma parte muito pequena e pobre do rico universo de possibilidades de expressão que é uma língua viva em sua totalidade de usos (BAGNO; LAGARES, 2011, p. 365).

Desse modo, qualquer forma de padronização – incluindo da língua – implica exclusão, por colocar na margem quem diverge, neste caso linguisticamente, da norma.

Fato é que há, no português brasileiro, inúmeras variações linguísticas que emergem de suas comunidades de fala. Borba, em entrevista ao quadro Giro das 11 do canal Brasil 247 (2021a), sinaliza que existe uma norma padrão consolidada na gramática prescritiva, a ser empregada nas situações que a exigem, norteadas pelos compêndios gramaticais. Contudo, o referido modelo padronizante da língua não deve ser classificado como superior e/ou exclusivo em todas as formas de comunicação presentes na coletividade. Algumas variantes da língua se fazem presentes de acordo com seus grupos falantes e as circunstâncias que envolvem a atividade comunicativa. Bagno e Lagares (2011) definem que a criação de uma norma de língua ideal acaba por

“objetificá-la”, transformando-a em instrumento de poder; um estratagema cujo domínio é controlado por uma seleta fatia privilegiada da sociedade e exercido sobre aqueles que jamais conseguiriam alcançá-lo dentro da lógica colonialista forjadora do sistema de classes brasileiro. Só é ouvido, respeitado e/ou legitimado o discurso de quem domina a forma erudita da comunicação oral e escrita. O acesso à cidadania também segue este princípio, visto que o próprio ordenamento jurídico é feito de uma maneira que poucos conseguem efetivamente interpretá-lo. Desse modo, a língua sob uma perspectiva identitária (e não emancipatória, republicana ou minimamente, democrática), produzida localmente, é desvalorizada e rebaixada a abismos de distância daquela considerada como padrão.

Perini (2005) ressalta que, dentre os maiores problemas atuais do ensino da gramática do português brasileiro, a desatualização dos estudos gramaticais e o normativismo descontrolado se fazem notórios. O primeiro aspecto refere-se ao atraso de praticamente um século que apresentam os estudos linguísticos sobre os quais se fundamentam a maioria dos compêndios gramaticais que ainda são hodiernamente utilizados no ensino da língua. Com o passar dos anos, novas teorias surgiram, porém poucas foram incorporadas às metodologias arcaicas ainda utilizadas por parte dos professores de língua portuguesa. O segundo aspecto trazido pelo autor diz respeito ao normativismo exacerbado praticado por alguns docentes, que promove, nos educandos, um sentimento de não pertencimento/inferioridade na relação com a própria língua. Tal orientação prescritivista do ensino não atinge outro objetivo que não seja a exclusão, contudo Rodrigo Borba coaduna que

a norma é culta, mas não é morta. [...] em geral quando se pensa em norma culta e se confunde com norma padrão, e é justamente essa uma estratégia que vem nesses diversos projetos de lei. Norma culta é um conceito científico sociolinguístico que se refere à variante falada pela parcela da população que é considerada culta. Em geral essa parcela é urbana e tem alto nível de escolarização, então é circular. Mas isso não é fixo, fixo. [...] Norma padrão é o que está consolidado na gramática prescritiva. (GIRO DAS 11, 2021a).

Um dos discursos apresentados contra a adoção de linguagens inclusivas e/ou neutras busca recriar uma suposta pureza do português, notadamente do português brasileiro, criando a impressão de que este é estável e imutável. Há buscas por similaridades com o latim clássico para justificar a solidez da língua e da linguagem, porém, contrariamente ao que muitos pensam, o português origina-se do galego, derivação do latim vulgar praticado pela população menos favorecida e quase que inteiramente analfabeta do Império Romano, e não do latim clássico falado somente

entre os letrados (BAGNO; LAGARES, 2011). Ribeiro (2013) salienta que os povos originários preexistentes em solo brasileiro à época da invasão portuguesa sofreram um processo de solapamento de seus idiomas, por meio de medidas etnocidas. Assim, sob práticas e discursos colonialistas, consolidou-se a soberania da língua portuguesa em detrimento de outras línguas praticadas no Brasil, incluindo aquelas empregadas por pessoas sequestradas do continente africano para serem escravizadas no Brasil Colônia, as quais tiveram apenas algumas de suas palavras incorporadas ao português brasileiro que falamos hoje. O fato de não falarmos, hoje, totalmente em galego, tupi ou iorubá é a prova de que a língua não é um sistema pronto e heterogêneo, sendo impossível e contraditório qualquer movimento que tente preservá-la das alterações históricas/temporais/espaciais, conferindo a ela um sentido estanque.

No que tange à idealização equivocada de um único modelo correto de falar, Mellado (2021) discorre sobre linguagem inclusiva e a gramática de gênero, destacando o valor relativo que os elementos linguísticos semanticamente apresentam, e que tais variações manifestam-se nos grupos, cabendo à ciência o papel de compreendê-las e explicá-las. Nas palavras da autora

As pessoas não decidem como falar por causa do que um punhado de acadêmicos ou especialistas têm a dizer sobre o uso de sua linguagem. Os falantes falam, e atrás de nós os linguistas vêm dar conta e tentar explicar os fenômenos que observamos. (MELLADO, 2021, s/p. Tradução nossa).

Temos, no léxico português brasileiro, desinências nominais que indicam a flexão de gênero (masculino/feminino). O termo “masculino genérico” é empregado para referir-se a situações generalizantes ou coletivas para representar o gênero humano como um todo, incluindo homens e/ou mulheres (MÄDER; DE MELO MOURA, 2015). Em face dos ataques às linguagens inclusivas e/ou neutras, Borba ressalta, ainda, que

[...] por isso que a gente está propondo esse tipo de proposta mais inclusiva, mas a questão é: não se quer destruir a língua portuguesa, não se quer parar de ensinar gramática e muito menos a norma culta porque todo mundo precisa da norma culta, isso está instituído. Você vai precisar disso para fazer ENEM, você vai precisar disso para procurar trabalho, mas o que se quer, o que se está fazendo com essas demandas de linguagem neutra, é acrescentar recursos à comunidade linguística, que vai dizer: ‘Olha, eu reconheço você como a pessoa que você é, eu respeito a sua identidade’. (GIRO DAS 11, 2021a).

Hugo Córdova Quero (2020) - pesquisador na área de religião, estudos étnicos e migrações - define por heteropatriarquia o sistema e organização social forjados

essencialmente pelo machismo, em que apenas as práticas de ordem sexual, afetiva, emocional e romântica tão somente heterossexuais são as consideradas adequadas. O masculino genérico forma-se a partir dessa conjuntura: uma sociedade na qual todas as esferas de atuação eram pensadas por e para homens. Há, conforme Mellado (2021), aqueles que rebatem o enunciado anterior, considerando a provável inexistência de uma perspectiva sexista que tenha permeado a oposição gramatical masculino/feminino. No entanto, a insuficiência de evidências oficiais que deem conta de documentar o protoindo-europeu, protolíngua ancestral que hipoteticamente alicerçou as bases das línguas europeias (WADE, 2015), não revela uma suposta ausência de premissas machistas no supramencionado contexto. De todo modo, tais argumentos e suposições não anulam o fato de que o uso do masculino genérico, hoje, tem poder de excluir e tornar invisível determinados grupos (MELLADO, 2021).

Nesse contexto, surge a necessidade de usar, dentro do leque da Linguagem Inclusiva, uma linguagem neutra que respeite a identidade – e a não-identidade – dos falantes que não se sentem representados pelo sistema linguístico padrão. Borba (GIRO DAS 11, 2021a) esclarece que tal variante surge para acrescentar novos recursos à comunidade linguística, em vez de anulá-la totalmente.

Não se quer acabar com a língua portuguesa, não se quer acabar com a norma culta, não se quer acabar com a gramática, muito menos com o ensino dessas coisas. O que se quer fazer é um processo de reconhecimento. (GIRO DAS 11, 2021a).

Algumas estratégias da referida linguagem são o emprego de pronomes neutros e os acréscimos de neomorfemas (MELLADO, 2021) e grafemas, tal como a desinência “e” na palavra “todes”. No entanto, essas modalidades enfrentam bastante resistência das camadas ultraconservadoras da sociedade. São pautas norteadas por uma lógica purista e religiosa, condenando a linguagem inclusiva sob o pretexto de que esta eivará a língua portuguesa, solapando de vez a tradicional gramática. Não passam, na perspectiva que adotamos, contudo, de opiniões intolerantes disfarçadas de preocupação intelectual, uma vez que muitos idealizadores do movimento Escola Sem Partido – projeto educacional de cunho ultraconservador – têm sido os protagonistas de tais debates (GIRO DAS ONZE, 2021a).

É fácil, portanto, deturpar o uso da linguagem neutra, censurando-a sob argumentos sensacionalistas e até falaciosos e capacitistas, como aqueles que dizem que Pessoas com Deficiência não se adaptaram às novas formas linguísticas. Todavia, de

acordo com Borba (GIRO DAS 11, 2021a), a linguagem abraça a diversidade, e a linguagem inclusiva é perfeitamente viável em dados contextos, sem prejuízos à norma padrão da língua.

### **Inclusão: alguns pressupostos teóricos**

Previamente ao aprofundamento do conceito da Inclusão, tão ansiada pelos que defendem um corpo social igualitário, é essencial entender o que é e como se constitui a exclusão social. A sociedade ocidental e capitalista foi construída a partir de padrões ideais, que separam os indivíduos em grupos hierarquizados<sup>11</sup>. O modelo ideal de cidadão seria o homem, branco, rico, cisgênero e enquadrado na heteronormatividade. Como grande parte da população não se encaixa nesses requisitos, a maior parcela desta encontra-se marginalizada e, não raro, esses indivíduos têm seus direitos violados.

O Brasil apresenta um descuido crescente na garantia de direitos – principalmente os com foco nas minorias sociais – no que tange ao acesso à saúde, à moradia, no amparo aos reclusos, entre outros<sup>12</sup>. Assim, classifica-se a exclusão social, amalgamada pelas desigualdades sociais, pela discriminação e pelos preconceitos com relação a diversos grupos e minorias. É possível afirmar que a própria economia moderna é baseada na realidade polarizada, na qual um grupo pequeno retém os privilégios de milhões de pessoas, estas privadas de seus direitos. Tal fato ocorre em decorrência da negligência social e do processo de mudanças políticas e socioeconômicas<sup>13</sup>.

A inclusão é um movimento contrário à exclusão. Ela abrange, por essência, aspectos de ordens diversas. O verbo “incluir” pressupõe uma ação ou um processo de mudança. Tal atitude, articulada ao desenvolvimento de noções de justiça, respeito e igualdade, volta-se para tornar os comportamentos e práticas de uma determinada conjuntura adequados para todas as pessoas (DELOITTE, 2019), independentemente de sexualidade, etnia, gênero e/ou deficiência que elas possam apresentar, sendo

---

<sup>11</sup> Campos e Calvosas (2017) discutem conceitualmente a noção de hierarquias sociais.

<sup>12</sup> Em Garcia (2021) é apresentado um panorama dos direitos constitucionais mais violados no Brasil.

<sup>13</sup> Em Reis e Schwartzman (2002) podemos encontrar discussões sobre os aspectos sócio-políticos da pobreza e da exclusão social.

proporcionado, a elas, as mesmas oportunidades para o gozo dos seus direitos. No entanto, há outra dimensão excepcionalmente relevante acerca da inclusão. Seus pressupostos não se voltam, apenas, para a incorporação de grupos minoritários – tais como mulheres, pessoas com deficiência (PcDs), não-brancos e LGBTI+ – à sociedade, mas também se preocupam com a valorização da pessoa a ser incluída: “[...] para se sentir altamente incluída, uma pessoa não só diz que é tratada com justiça e respeito, mas que seu valor único é conhecido e apreciado, e ela pertence ao grupo” (DELOITTE, 2019, p. 12, Tradução Nossa). Ou seja, não se trata apenas de garantir o acesso, mas também a permanência do sujeito em dado contexto, priorizando o desenvolvimento da sensação de pertencimento. É possível destacar alguns movimentos sociais que lutam pela inclusão social em diferentes frentes, que serão mais bem especificados nos parágrafos a seguir.

Considerando a inclusão de mulheres na sociedade e a busca por seus direitos, dois grandes movimentos sociais destacam-se na atualidade: o Feminismo caracterizado por compreender a luta contra a violência de gênero, bem como a busca pela igualdade de direitos das mulheres dentro da sociedade, e o Mulherismo<sup>14</sup>, que luta contra a opressão racial e de gênero sofrida por mulheres negras, afastando-se de algumas pautas do movimento feminista que não representam, em sua formulação e atuação, mulheres pretas afrodescendentes. O feminismo apresenta diversas vertentes, dentre elas, por exemplo, o feminismo negro, o feminismo marxista, o feminismo liberal e o feminismo radical, em que cada uma dessas expressões indica diferentes visões diante dos objetivos e modos de funcionamento da crítica e reivindicação feminista.

A sociedade brasileira foi construída em um contexto de inferiorização das pessoas negras e nativas, desde o início de seu povoamento pelos europeus, que as associavam à marginalização. Com a abolição da escravatura em 1888, o Estado e aqueles que eram entendidos como cidadãos não desenvolveram ações e políticas que possibilitassem processos de inclusão e equidade social. O Movimento Antirracista (TRAPP; SILVA, 2011) cresce no momento em que as vítimas percebem esse problema e expandem seus entendimentos políticos, desenvolvendo o raciocínio crítico necessário para lutar contra as práticas que ainda persistem no corpo social. A ativista Angela Davis ressalta que, na conjuntura vivenciada, não é suficiente não ser racista, é preciso

---

<sup>14</sup> Em Alice Walker (1983) é possível nos aprofundarmos nas noções de mulherismo.

ser antirracista (1979), explicando que se omitir diante as injustiças não é agir contra o sistema.

A luta das PcDs vem ganhando cada vez mais força e visibilidade. Desde o início da história, as pessoas com deficiência sofrem com o preconceito. Ao nos voltarmos para a Antiguidade, verificamos que tanto na Roma Antiga, quanto em Esparta, aqueles que apresentavam alguma deficiência eram mortos (NEGREIROS, 2014). O Movimento das Pessoas com Deficiência tem por objetivo assegurar direitos e oportunidades iguais para aqueles que possuem alguma deficiência.

Dentro do Movimento LGBTI+, há a reivindicação pelo estabelecimento de uma nova categoria de Linguagem Inclusiva, a Linguagem “Neutra” – aqui já entendida como Linguagem Inclusiva de Gênero -, que objetiva a inclusão daqueles que não se identificam nem com o gênero feminino nem com o masculino (burlando padrão binário da sociedade)<sup>15</sup>, utilizando alteração nas grafias e na língua. Como exemplo, no lugar de “namorado” ou “namorada” se utilizaria “namorade”. No lugar de “ela” ou “ele”, seria usado o “elu”. Conforme Borba (GIRO DAS 11, 2021a),

linguagem neutra, um fenômeno muito recente aqui no país, que vem de uma demanda especialmente da comunidade trans não binária em questionar binarismos de gênero. Tanto no social – pessoas trans não binárias são aquelas que não se identificam [...] completamente nem como masculinas, nem como femininas, ou aquelas que transitam entre um polo e outro, que não se identificam com o que a gente tem de configuração de gênero atualmente, [...] que é binário. E isso, elas põem essa demanda, que é social e de identidade... elas projetam essa demanda também na Língua Portuguesa. [...]. A demanda, então, por uma linguagem neutra vem nesse a reboque desse questionamento social do binarismo de gênero. E o problema não é só o binarismo de gênero, mas tudo aquilo que acarreta: ou seja, se você não se identifica solidamente dentro dele, você deixa de ser humano.

Um ponto importante quando se fala de inclusão e dos movimentos sociais que trabalham para o fim da exclusão, é a Linguagem. A Linguagem Inclusiva também se refere à forma de comunicação isenta de discursos reveladores de preconceitos ou recursos exclusivos. A referida variante engloba os grupos marginalizados supramencionados, ou seja, trata-se de uma linguagem não sexista, antirracista, anticapacitista e antiLGBTIfóbica. Borba (GIRO DAS 11, 2021a) ressalta que há um *boom* de debates públicos muito rasos, superficiais sobre Linguagem neutra, o que acaba resvalando no desconhecimento sobre o que é ser uma pessoa trans e/ou não-

<sup>15</sup> O padrão binário da sociedade é a estrutura existente da divisão de corpos entre apenas dois gêneros, o masculino e o feminino.

binarie. Além disso, “as pessoas que a gente menos escuta falando sobre isso são justamente as pessoas trans não binárias, que são as que demandam por isso” (*ibidem*).

A linguagem em questão apresenta a substituição de termos que causam gatilhos e ofensas para algum grupo da sociedade. Um exemplo que reflete este movimento de mudança é o termo “criado mudo” — uma expressão racista que alude aos escravizados que permaneciam, durante a noite inteira, em silêncio, apoiando água ao lado da cama para seus “senhores” — que pode ser naturalmente substituído pelo termo “mesa de cabeceira”. Marques (2021) aborda a relação de influência dos livros didáticos na perpetuação de vocabulários racistas, além de propor alterações que ajudam na reflexão e pensamento crítico dos estudantes acerca da realidade dos grupos marginalizados. Através dessas substituições, haveria a criação de um ambiente mais inclusivo, contribuindo para mitigar processos discriminatórios que são perpetuados através da linguagem. Isto demonstra uma tomada de posição por parte da Linguagem.

quando se fala de linguagem neutra não se está dizendo que é uma linguagem que não tende para nenhum lado. Não é neutralidade ideológica, muito pelo contrário. Linguagem neutra é muito ideológica justamente porque é essa demanda de questionar binarismos de gênero e tudo aquilo que vem com eles [...] linguagem neutra é um termo que vem das pessoas trans não binárias que usam, mas não significa que não seja posicionável. (GIRO DAS 11, 2021a).

A principal forma de proporcionar essa linguagem inclusiva de modo a integrar as variantes desenvolvidas e/ou apropriadas pelas minorias, é através da educação. Uma vez que o sistema educacional do Brasil foi norteado por perspectivas coloniais, preconceituosas e patriarcais, tais características são majoritariamente transmitidas aos alunos, que acabam por desenvolver e reproduzir visões excludentes e impregnadas de preconceitos.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008).

Outra aplicação possível para aumentar a conscientização da diversidade no país são as políticas públicas. A necessidade de tornar lei o respeito e a convivência pacífica de grupos diferentes aumenta ao se observar que ainda há muitos casos de desacato a essas populações, que permanecem sofrendo assédios morais e físicos, além da utilização recorrente de termos ofensivos que, ao longo do tempo, tornam-se

inadequados na perspectiva atual de respeito à diversidade. Houve avanços, ao longo da história, em virtude da incessante luta protagonizada por tais grupos. Destacam-se, dentre eles, as leis de proteção à mulher e a criminalização do racismo (1989) e da homofobia (2019). No entanto, há, ainda, um longo caminho a ser percorrido na busca da conquista por direitos nesse âmbito, envolvendo, por exemplo, a aplicação da linguagem neutra e sua propagação. No entanto, tal processo tem sido dificultado por diversos representantes no Brasil.

### **Língua e Linguagem: alguns pressupostos conceituais**

Partimos, então, à visualização de como a discussão de linguagens, inclusão, exclusões, educação se cascateia no campo social e produz efeitos nos debates públicos e na formulação de dispositivos jurídicos para promover ou impedir – o último estando em maior evidência – o uso de linguagens inclusivas e, em seu bojo, a discussão de gênero e sexualidades principalmente em ambiente escolar. Para atender a este objetivo, lançamos mão de algumas notícias sabendo, no entanto, que pelo volume considerável de ações movidas e de notícias veiculadas seria inviável para a pesquisa pretendida aqui traçar uma análise de todo o material disponível. Este movimento requer uma pesquisa mais acurada que se volta especificamente para este objetivo: mapear quali e quantitativamente as ações empreendidas sobre/com a linguagem inclusiva e as reverberações nos jornais e mídias.

Sobre a centralidade da educação nesse processo, recorreremos, por fim, a Iran Mello que, em entrevista ao Giro das 11 (2021b), ressaltou que

A escola [...] é um espaço que busca a valorização da emancipação. Como dispositivo de regulação histórico, a escola também é um exercício constante do Estado que vai buscar se vincular a determinadas normas sociais, e uma das principais normas sociais no tipo de sociedade que a gente vive é a normalização de gênero.

É possível perceber na fala de Mello que há um alinhamento com as formulações althusserianas de escola enquanto aparelho ideológico de Estado. Em um Estado marcado pela crescente investida conservadora, a escola assumiu papel central nas elaborações anti-Linguagens Inclusivas e/ou Neutras.

Uma pesquisa realizada por uma empresa mundial de aprendizagem com atuação no Brasil indica que 76% dos brasileiros gostariam que houvesse abordagens voltadas para a diversidade, equidade e inclusão ainda na pré-escola (WELLS, 2021).

No entanto, na contramão do que se concluiu da referida consulta, há um crescente movimento que visa proibir o uso da Linguagem Neutra nas escolas. Uma reportagem divulgada pela agência de jornalismo independente Diadorim (FIGUEIREDO; MALVEZZI, 2021) revela que havia, até outubro de 2021, 34 propostas que tentam impedir o emprego da referida variação linguística tramitando em Assembleias Legislativas por todo o país.

Conforme Figueiredo e Malvezzi (2021), o Sudeste é a região com maior concentração de projetos desse tipo, visando a proibição da Linguagem Neutra. Nos parágrafos a seguir, um compilado de notícias será apresentado numa tentativa de ilustrar o cenário hodierno no qual são travados os debates sobre a Linguagem Inclusiva no Brasil.

Rondônia foi o primeiro estado a aprovar um projeto de lei (PL nº 948) proibindo o uso da Linguagem Neutra na grade curricular escolar (CRUZ, 2021). O deputado que o formulou – Eyder Brasil (PSL/RO) -, utilizou termos como “aberração” e “deturpação” para caracterizar a variação linguística em pauta, além de justificar que esta acabaria por distanciar as pessoas e polarizar o corpo social. Tais alegações foram prontamente rebatidas por linguistas e especialistas da área. Além disso, o Ministro do STF Edson Fachin declarou que a lei certamente iria ferir a dignidade humana, sendo ainda mais grave que tal proibição se efetivasse dentro do espaço escolar (TEIXEIRA, 2021). Por fim, completou afirmando que a linguagem neutra já é adotada em diversos órgãos públicos de muitos países e em esferas estaduais.

Tal ação não ficou sem respostas. Em nota divulgada em 26 de outubro de 2021, a Associação Brasileira de Linguística (Abralin) reafirmou sua posição contrária à Lei aprovada (Lei nº 5.123/21) e se colocou a favor de “uma educação linguística reflexiva e emancipadora, livre de ‘preconceitos linguísticos contra todo tipo de discriminação a formas linguísticas menos prestigiadas, inovadoras ou até mesmo polêmicas’” (ABRALIN, 2021), e continua:

A justificativa para o posicionamento da Abralin baseia-se no entendimento de que orientações referentes a regras gramaticais do português brasileiro não devem ser regulamentadas por decretos governamentais, considerando, ainda, que esses textos legais costumam fazer um uso inadequado de termos próprios dos estudos da linguagem e incorrer em erros teóricos e conceituais. O Brasil conta com um rol de pesquisadores, professores e associações profissionais que têm historicamente se voltado para a pesquisa e a descrição da norma culta do português brasileiro a partir de textos escritos modelares e de bancos de dados linguísticos localizados em diferentes instituições públicas de ensino superior. Como fruto desse trabalho, tem produzido um amplo acervo de publicações, distribuídas em livros e artigos acadêmicos,

gramáticas de diferentes orientações teóricas e manuais referendados de ensino de língua portuguesa. Registre-se, ainda, a existência de uma academia literária nacional envolvida com a valorização da língua portuguesa brasileira. [...] A Associação se coloca a favor do debate aberto sobre o tema, levando em conta diferentes posicionamentos. Defende, também, que *a prática docente e a formação de professores e estudantes devem ser embasadas em pesquisas, reflexões e debates existentes nas diferentes subáreas de estudo da língua portuguesa em uso no Brasil*. (ABRALIN, 2021. Grifo nosso)

Rodrigo Borba, em entrevista ao Giro das 11 (2021a) relatou que acompanhou a Vereadora Duda Salabert (PDT/MG) em uma audiência pública de um projeto de lei de Belo Horizonte que visa

proibir o uso de linguagem inclusiva como artifício para reinstalar o projeto Escola Sem Partido, ou seja, defrontados e defrontadas com a derrocada do projeto Escola Sem Partido, [...] que foi considerado inconstitucional, agora estão usando a Língua Portuguesa como um artifício para proibir o debate de gênero e sexualidade na escola. Ou seja, simplesmente um artifício retórico.

O linguista ainda ressalta que

[...] têm diversos projetos de lei a nível municipal, estadual e também federal que querem proibir linguagem neutra. Mas, como eu digo, são projetos que na verdade substituem o Escola Sem Partido. Utilizam a língua portuguesa, que é um argumento que todo mundo vai querer defender: ‘Vamos salvar a língua portuguesa!’. Deturpam o que é a linguagem neutra, dizendo que é uma imposição, que vai mudar completamente a língua portuguesa, e não é isso que está acontecendo, não é um processo – e isso é importante deixar claro – não é um processo de mudança linguística que vai afetar... [...] é um processo de acréscimo! (GIRO DAS 11, 2021a).

Há, ainda, um projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados (PL 5248/2020), apensado ao PL 5198/2020, aguardando parecer, que visa a proibição da Linguagem Neutra na instrução da língua portuguesa no ensino básico e superior, entre outras vedações. Autor da proposta, o deputado federal sob a alcunha de Capitão Derrite, em artigo de opinião publicado na Folha de São Paulo em 30 de julho de 2021, utiliza uma série de argumentos para cancelar o supramencionado PL, dentre eles a evocação do conceito de inclusão, concluindo que a capacidade inclusiva da Linguagem Neutra seria ineficaz por supostamente não ser acessível a pessoas com transtornos ou deficiências, tais como disléxicos e surdos. No entanto, através de uma simples busca por produções científicas que tratam da problemática apresentada, verifica-se a insuficiência de tais argumentações. No que diz respeito, por exemplo, às pessoas com dislexia – um transtorno específico de aprendizagem de ordem neurológica – é possível

evitar o uso do “X”<sup>16</sup> e do “@” para conferir neutralidade às palavras (ORTEGA, 2021), substituindo-os por “u”, por exemplo. Assim, em vez de utilizar “el@” ou “elx”, usa-se o “elu”, por exemplo. Há, ainda, a possibilidade de adotar outros termos da própria língua portuguesa para substituir aqueles que apresentam marca de gênero, tal como usar “estudante” em vez de “aluna/o”. No que tange às pessoas com deficiências auditivas, Pereira (s.d.) estabelece que os pronomes em LIBRAS não possuem marca para determinar o gênero e estão relacionados às pessoas do discurso, e não à coisa possuída.

É, portanto, desnecessária e injustificada a preocupação com o suposto impacto que a ausência de uma marca de gênero ou o emprego de uma Linguagem Inclusiva poderia proporcionar às pessoas com a supramencionada deficiência.

No Distrito Federal, conforme reportagem do jornalista Pedro Rafael Vilela ao Brasil de Fato em 26 de outubro de 2021, três projetos de lei estavam para ser votados na Câmara Legislativa do Distrito Federal proibindo a linguagem neutra nas escolas e nos concursos públicos (VILELA, 2021). Um dos PL é de autoria de Iolando Almeida (PSC/DF) e prevê multa de 5 mil reais em caso de descumprimento. Como parte de uma estratégia de mobilização popular a partir de um pânico moral, o deputado distrital retoma a alcunha da “ideologia de gênero” como a responsável por ensinar às crianças a linguagem neutra – o que ele classifica como “tragédia histórica”. Tal recurso discursivo e político – utilizando-se, principalmente, das crianças e adolescentes – já vem sendo utilizado por atores conservadores, visando fazer retroceder agendas e debates em gênero e sexualidades na educação (VICENTE, 2019; 2021).

Santa Catarina também editou decreto vetando a linguagem neutra em escolas públicas e privadas. Tal decreto vale para documentos escolares oficiais, provas, grade curricular, material didático, comunicados e editais de concurso, e informa que estes “não trarão novas formas de flexão de gênero e de número das palavras” (G1 SC, 2021).

---

<sup>16</sup> Se por um lado havia grupos de pessoas reclamando da inclusão do uso do “x” como marcador de ausência/abnegação de gênero nas palavras, por outro lado tínhamos leitores mecânicos para cegos que não acessavam tais palavras. O “x” não é apenas uma forma de adaptação morfema-grafema, o X é a negação da genitalização dos sujeitos e das palavras. Um resgate histórico pelo direito a não sexuação dos seres, como fora negado às pessoas Intersexo ao longo da história, logo se existe uma incapacidade do leitor em ler essas agonísticas (POCAHY, 2018) no campo estético e político, o que deve ser melhorado é a tecnologia que permite a leitura, e não a luta de um determinado grupo em detrimento a outro. O “x” enquanto quiasmo, refere-se com encontro apical de duas retas que eclodem criando sentidos a outras formas negadas de uma desinência de gênero e suas compreensões. Dizer que um grupo não consegue lê-lo e, por este motivo, pedir seu cancelamento, significa diminuir a luta de um outro grupo que conclama tal demanda, diante de um problema apresentado pelo leitor de textos, e não por tal coletivo (C.f. YORK, 2020).

Tal proposição é de autoria da deputada Ana Campagnolo (PSL/SC)<sup>17</sup> que afirmou que a decisão evita “prejuízos educacionais provocados pela aberração linguística que chamam de ‘linguagem de gênero neutro’”.

Ressaltamos, por fim, que estas ações não se inscrevem apenas no âmbito Estadual. O Ministério do Turismo, por meio da Portaria nº 604, de 27 de outubro de 2021, em seu art. 1º veda “[...] nos projetos financiados pela Lei nº 8.313/91, o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra” (BRASIL, 2021).

### **(In)conclusões**

À revelia das formulações ultraconservadoras, familista (cujo o centro é um homem, como “chefe de família” e ignora a maioria das famílias que urgem sob outras relações) e tradicionalistas que visam encerrar debates de gêneros, sexualidades e linguagens, mantendo estruturas patriarcais e coloniais de poder, há desenvolvimento de ações de implosão das normas a partir da intervenção direta nas práticas escolares e/ou a partir da formação de profissionais para atuarem nesses espaços; profissionais dispostos a lutar em prol da pluralidade e do direito à diferença. Uma dessas ações foi o Curso Linguagem Inclusiva na Educação, ponto de partida para este trabalho.

Ao se propor à discussão com licenciandas/os/es o curso se coloca na perspectiva de multiplicar – em formação continuada e complementar - as formulações e reivindicações que têm sido apontadas como “militantes” – e até não-científicas – por aqueles que detém ainda o poder hegemônico, colonial, branco, hétero e sob a benevolência de uma cristandade que mais atende aos interesses econômicos que a sua base de equidade e transversalidade nas relações entre as pessoas, e que se pressupõe universal. Esta multiplicação compreende que “quando você é uma docente, e você entra em sala de aula, você tem toda uma regulamentação que lhe precede, que diz o que você tem que ensinar. Contudo, isso não regulamenta a efervescência que é uma turma, que é uma sala de aula” (GIRO DAS 11, 2021a) e as muitas possibilidades de tornar visível alguns trajetos que foram apagados, esquecidos ou ignorados. A luta por

---

<sup>17</sup> A referida deputada estadual ficara conhecida nas redes por propor, logo após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, que alunas e alunos começassem a gravar professoras/es que abordassem questões de gênero e sexualidades em salas de aula. Tal ação viola a autonomia docente e foi amplamente rebatida por entidades de classe.

aspectos gerais de inclusão de gênero, pode iniciar com um “bom dia a todEs”, mas, de longe, não é o fim da nossa busca por respeito e equidade entre sujeitos, CISsjeitos, TRANSsjeitos e outros tantos jeitos, formas e meios de se encontrar na singularidade de nossas próprias diferenças.

## Referências

Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). **Nota pública: Lei nº 5.123.** Disponível em: <https://www.abralin.org/site/nota-publica-lei-n-5-123/> Acesso em 01 dez. 2021.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Nota pública da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans.** Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/> Acesso em 25 nov. 2021.

BAGNO, M.; LAGARES, X. O que é uma Língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** [S.l.]: Parábola Editorial, 2011. p. 356-389.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago. 2011

BORODISTKY, L. 1 Video (14 min) How language shapes the way we think. Publicado pelo canal TED, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RKK7wGAYP6k&t>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** 2 ed, 1º reimp. São Paulo: EDUSP, 2008

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 604, de 27 de outubro de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 out. 2021. Seção 1, p. 149.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Ministério da Educação. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor-identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1, 1996.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. **História Social da Linguagem.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP/Cambridge, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 23, n. 1, pp. 1-6, 2017

CAMPOS, Andreolino; CALVOSAS, Hebert. O significado da produção de hierarquias sociais em sociedades heterônomas e racializadas. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 49-76, jan./abr. 2017.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

CORRÊA, Mariza. **Não se nasce homem**. Trabalho apresentado no encontro "Masculinidades/Feminilidades", nos Encontros Arrábida 2004, Lisboa, setembro de 2004. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/942\\_926\\_naosenascehomem.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/942_926_naosenascehomem.pdf). Acesso em: 28 nov. 2021.

CRUZ, Jaíne Quele. ALE-RO aprova projeto de lei que proíbe uso da linguagem neutra na grade curricular de Rondônia. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/09/23/ale-ro-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-uso-da-linguagem-neutra-na-grade-curricular-de-rondonia.ghtml> Acesso em: 28 nov. 2021.

CUNHA, Neon; YORK, Sara Wagner. Um vácuo “cis” na história e a emergência do corpo trans. Fundação Rosa Luxemburgo, **Ponto de debate**, n. 21, nov. 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.br/um-vacu-cis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

DELOITTE. **Waiter, is that inclusion in my soup?** A new recipe to improve business performance. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/au/Documents/humancapital/deloitte-au-hc-diversity-inclusion-soup-0513.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FIGUEIREDO, Camilla; MALVEZZI, Paulo. Brasil tem 34 projetos de lei estadual para impedir uso da linguagem neutra. **Diadorim**, 2021. Disponível em: <https://www.adiadorim.org/post/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra> Acesso em: 28 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Trad. Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

G1 SC. Governo de SC proíbe linguagem neutra em escolas públicas e privadas. **G1 [online]**, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/06/18/governo-de-sc-proibe-linguagem-neutra-em-escolas-publicas-e-privadas.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GARCIA, Natalie. Os 7 direitos constitucionais mais violados no Brasil. **Justificando**, 2021. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/05/29/os-7-direitos-constitucionais-mais-violados-no-brasil/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GIARDIN, Aline Rosana; ANZANELLO, Jactiane; SCHETTINGER, Maria Rosa Chitolina. A voz cala, o corpo grita: as dificuldades de alunos LGBT's nas aulas de Educação Física. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 114, p. 420-433, 2021.

GIRO das 11: Bolsonaro afunda-se em sua lama + Sextou com Sara (09.07.21). [S.l.]: **TV 247**, 09 jul. 2021a. 1 vídeo (2h:20min). [Live]. Disponível em: <https://youtu.be/dRRfiVzScPw>. Acesso em: 05 nov. 2021. Participação de Mauro Lopes, Verônica Lima, Silvano Euclênio, Sara York, Bruna Medeiros e Rodrigo Borba.

GIRO das 11: Roberto Jefferson preso (13.08.21). [S.l.]: **TV 247**, 13 ago. 2021b. 1 vídeo (2h:18min). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HszXiBDcse4>. Acesso em: 05 nov. 2021. Participação de Andrea Trus, Dani Portela, Paulo Galo, André Lonzano, Sara York, Rodrigo Macedo Pacheco e Iran Mello.

LAWLOR, L.; NALE, J. **The Cambridge Foucault Lexicon**. New York: Cambridge University Press, 2014.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; DE MELO MOURA, Heronides Maurílio. O masculino genérico sob uma perspectiva cognitivo-funcionalista. **Revista do GELNE**, v. 17, n. 1/2, p. 33-54, 2015.

MARQUES, Jardel D. (Re) pensando a educação antirracista a partir de um livro didático. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 284-291 (122-129), abr. 2021.

MCRUER, Robert. ALEIJANDO As Políticas Queer, ou os perigos do Neoliberalismo. **Educ. Anál.**, Londrina, v.6, n.1, p.105-119, Jan./Jul. 2021

MELLADO, Elena A. Lenguaje inclusivo: algunas claves lingüísticas. **El Diálogo**, 13 jul. 2021. Disponível em: [https://www.eldiario.es/opinion/zona-critica/lenguaje-inclusivo-claves-linguisticas\\_129\\_8021559.html](https://www.eldiario.es/opinion/zona-critica/lenguaje-inclusivo-claves-linguisticas_129_8021559.html). Acesso em: 06 nov. 2021.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: porque, como, onde e para quem?** 2014. 50f. Monografia (Especialização em Acessibilidade Cultural) - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Gender-inclusive language**. United Nations, 20--? Disponível em: <https://www.un.org/en/gender-inclusive-language/>. Acesso em: 02 Nov. 2021.

ORTEGA, Anna. Linguagem Não Binária desestabiliza as normas e propõe uma maneira mais inclusiva de comunicação. **UFRGS, Jornal da Universidade**, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/linguagem-nao-binaria-desestabiliza-as-normas-e-propoe-uma-maneira-mais-inclusiva-de-comunicacao/> Acesso em: 30 nov. 2021.

- PEREIRA, G. K. **Curso de libras**. [S/d]. Disponível em: [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/libras/curso\\_de\\_libras\\_-\\_graciele.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/libras/curso_de_libras_-_graciele.pdf). Acesso em 30 nov. 2021.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2005.
- POCAHY, Fernando. O clamor da diferença letal: educar em Estado de Exceção. **Revista Ñanduty**, v. 6, n. 8, p. 9-22, 2018.
- QUERO, Hugo Córdova. Hacia un breve glosario queer: algunas nociones acerca del género, la sexualidad y la teoría queer. **Análisis. Revista Colombiana de Humanidades**, v. 52, n. 96, p. 95-121, 2020.
- REIS, Elisa; SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. **Versão Preliminar, World Bank**, 2002. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Baureri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018.
- SAVIANI, Dermeval. Educação, Práxis e Emancipação Humana. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, n. 2, jul. 2017.
- TEIXEIRA, Matheus. Ministro do STF derruba lei de Rondônia que proibia linguagem neutra em escolas. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/ministro-do-stf-derruba-lei-de-rondonia-que-proibia-linguagem-neutra-em-escolas.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- TRAPP, Rafael; SILVA, Mozart. Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. **Revista Jovens Pesquisadores**, n. 1, 2011.
- UNRIC. **Igualdade de gênero**. [online] c2021. Disponível em: <https://unric.org/pt/mensagem-do-secretario-geral-da-onua-conferencia-internacional-contra-o-terrorismoriade-5-8-de-fevereiro-de-2005proferida-pelo-sr-javier-ruperez-director-executivodireccao-do-comite-cont-3/>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- VANIN, Aline A. Considerações relevantes sobre definições de ‘comunidade de fala’. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 147-153, 2009
- VICENTE, André Luiz Coutinho. Ideologia de Gênero versus educação para a diversidade: embates entre o conservadorismo e a resistência da população LGBTPQIA+. **Revista Diversidade e Educação, [S.l.]**, v. 8, n. 2, p. 364-389, 2021.
- VICENTE, André Luiz Coutinho: **“Pela Pureza das Crianças”**: Um estudo sobre a invenção da Ideologia de Gênero e seus impactos nas políticas educacionais (2004-2019). 2019. 79f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia – Instituto de Educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019

VILELA, Pedro Rafael. Linguagem neutra em escolas: projeto que proíbe a prática pode ser votado no Distrito Federal. **Brasil de Fato**, Brasília, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/26/linguagem-neutra-em-escolas-projeto-que-proibe-a-pratica-pode-ser-votado-no-distrito-federal>. Acesso em: 01 dez. 2021

WADE, Nicholas. **The Tangled Roots of English**. The New York Times, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/02/24/science/new-light-on-the-roots-of-english.html> Acesso em 24 nov. 2021.

WALKER, Alice. **In Search of Our Mothers' Gardens**. New York, Harcourt, Brace Jovanovich, 1983.

WELLS, Anthony. 76% dos brasileiros querem aula sobre diversidade na pré-escola, diz pesquisa. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/76-dos-brasileiros-querem-aula-sobre-diversidade-na-pre-escola-diz-pesquisa/> Acesso em: 28 nov. 2021.

YORK, Sara Wagner. **Dossiê: Corpos desviantes, alternativos e outras nomenclaturas da exclusão**. v. 6, n. 1. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/issue/view/1774/showToc>. Acesso em: 02 dez. 2021.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM?** Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em junho de 2022